

2

CAPÍTULO

ICONICIDADE DO LÉXICO À SINTAXE

Cleber Ataíde

Emanuel Cordeiro da Silva

INTRODUÇÃO

A capacidade, exclusivamente humana, de se expressar verbal e articuladamente sempre despertou atenção e interesse dos homens ao longo da história da civilização. Tanto é assim que há reflexões sobre a linguagem humana desde o século X, na Antiguidade Clássica, com os filósofos greco-latinos, até os dias atuais, com os linguistas contemporâneos. Mas, o século XX, com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, em 1916, baseado nas ideias de Ferdinand Saussure, é majoritariamente considerado o marco do nascimento do estudo científico da linguagem no Ocidente.

Ao longo dos anos, a Linguística enquanto ciência da linguagem fez surgir diferentes escolas teóricas divergentes, como em qualquer outra área das ciências humanas, em sua maneira de compreender os fenômenos da linguagem.

Na história da Linguística, dois grandes paradigmas surgiram para distinguir modelos de análises diferentes: o Formalista e o Funcionalista. O primeiro prioriza os aspectos estruturais das línguas e as compreende como um sistema abstrato e autônomo em relação aos modos de uso (DIK, 1987). Enquanto que o segundo ressalta os aspectos integrativos das unidades linguísticas e concebe as línguas como uma rede de relações dentro da qual as estruturas são fortemente motivadas por forças de natureza semântica, pragmática e cognitiva.

Ambos os paradigmas estão associados a diferentes modos de conceber o fenômeno natural da linguagem humana. No geral, as duas orientações divergem quanto aos objetivos da análise linguística, à metodologia aplicada e ao tipo de dados utilizados (PEZATTI, 2004).

Com base em Heine (1997, p. 3, tradução nossa), apresentamos os pressupostos que fundamentam o funcionalismo linguístico e o distinguem do formalismo:

- (i) A principal função da língua é expressar significado. A questão do porquê a língua é usada e estruturada da forma como é deve, portanto, ser respondida primeiro e, sobretudo, com referência a essa função.
- (ii) As formas usadas para expressar significado são motivadas ao invés de arbitrárias (onde “motivado” significa que formas linguísticas não são inventadas arbitrariamente, mas são, ao contrário, já significativas quando elas são introduzidas para alguma função específica).
- (iii) Uma vez que as motivações para usar e desenvolver a língua são externas à estrutura da língua, explicações externas da língua são mais poderosas do que as internas.
- (iv) A língua é um produto histórico e deve ser explicada antes de tudo com referência às forças que a tem modelado.
- (v) A distinção sincronia/diacronia deriva da perspectiva adotada, e não dos fatos considerados.
- (vi) A mudança gramatical é unidirecional, levando do lexical ao gramatical, e do gramatical ao ainda mais gramatical, formas e estruturas.

Desse modo, os estudos funcionalistas estão interessados em explicar as regularidades no sistema linguístico, as quais advêm do uso interativo da língua e das condições semânticas, pragmáticas e cognitivas. Por isso, um dos aspectos centrais é a crença de que o contexto de uso motiva as diferentes construções sintáticas. Na verdade, o que vem sendo denominado de Funcionalismo em Lin-

guística, apesar das peculiaridades dos diferentes modelos¹, são os fundamentos epistemológicos que caracterizam uma pesquisa funcionalista. São, portanto, conceitos gerais de uma proposta funcionalista considerar: 1) *A língua como um fenômeno social*, isto é, um instrumento de interação social, cuja principal função é o estabelecimento dinâmico da comunicação entre os seus interlocutores; 2) *O discurso como um conjunto de estratégias criativas* empregadas pelo falante/escrivente para organizar seu texto com propósitos e objetivos para um determinado ouvinte/leitor e 3) *A gramática como um sistema de convenções resultantes de motivações de natureza distinta*, em que se sobressaem as pressões do uso. Daí que, para o Funcionalismo, a gramática de qualquer língua exige padrões morfosintáticos estáveis ao lado de padrões também emergentes.

Esses três conceitos resultam na maneira como os funcionalistas devem conceber as análises linguísticas. Assim, torna-se obrigatória a tarefa de explicar o fenômeno da linguagem mediante as relações que contraem os falantes/escriventes e os ouvintes/leitores nas suas manifestações discursivas pragmaticamente situadas. Com o objetivo de auxiliar nessa tarefa, apresentamos, neste artigo, conceitos gerais que podem instrumentalizar a análise da relação entre língua em uso, gramática e cognição. Para tanto, dividimos este texto em duas partes: a primeira trata de apresentar o caráter adaptativo-funcional dos fenômenos da língua; a segunda discute o princípio da *iconicidade* aplicado ao léxico e à sintaxe do português.

LINGUÍSTICA CENTRADA NO USO: COGNIÇÃO E GRAMÁTICA

O funcionalismo privilegia o uso da língua e considera haver uma relação estreita entre as estruturas das línguas e o uso que os falantes fazem delas em diversos contextos de comunicação. Isto é, caracteriza-se por ser um tipo de abordagem que incorpora em suas análises aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e cognitivos.

Nessa perspectiva, são levados em conta, na análise das línguas, aspectos da experiência humana em ambiente cultural associados a aspectos cognitivos, como nossa capacidade de organizar, acessar, conectar, utilizar e transmitir adequadamente informações. A habilidade linguística é vista como constituída das regularidades no processamento mental da linguagem em situações reais de uso. Em outras palavras, é possível dizer que os eventos de uso, naturalmente estabelecidos por condições pragmáticas, dirigem a formação e o funcionamento do sistema

¹ Ao longo do desenvolvimento do *Funcionalismo*, surgiram diferentes modelos teóricos que compartilham entre si a concepção de língua como instrumento de interação, que, como tal, deve ser analisada com base em situações reais de uso.

internalizado pelo falante/escrevente, cuja estrutura não se separa do processamento mental que ocorre no uso que se faz da língua.

Os eventos de uso são cruciais para a continuidade da organização do sistema, já que não representam apenas o produto do sistema linguístico do falante/escrevente, mas fornecem o estímulo (*input*) para os sistemas de outros falantes/escreventes. Segundo Martelotta (2011), esses eventos desempenham um duplo papel no esquema comunicativo: 1) constituem resultado da atuação do sistema linguístico e 2) amoldam sistemas, através de reanálise, analogia e outros processos que implicam alterações e extensões no emprego das expressões do sistema linguístico de uma língua.

Os usos provenientes dos processos de inovações das estruturas linguísticas podem ter sua frequência aumentada, a ponto de transcender os limites do ambiente comunicativo em que são empregados e, conseqüentemente, serem incorporados ao sistema através de um processo de rotinização. Isso é o que vai garantir, portanto, um caráter eminentemente dinâmico, adaptativo (DU BOIS, 1985), maleável (BOLINGER, 1977) e emergente (HOPPER, 1987) do sistema das línguas naturais.

Nessa visão, a gramática de uma língua constitui um conjunto de princípios de um processo contínuo de variação e mudança, que, de acordo com Langacker (1987), associam-se a rotinas cognitivas que são moldadas, mantidas e modificadas pelo uso. Portanto, o sistema de uma língua deve ser entendido não apenas como um princípio inato, modular e essencialmente biológico, como pensam os gerativistas. É preciso compreender que o processo de constituição e transformação de qualquer língua resulta da atuação de fatores de regularização e unificação ao lado de fatores de criação e inovação que só se concretizam pelo uso efetivo. A atuação localizada desses fatores gera a gramática da língua, que se compõe de possibilidades de combinação de unidades formais, padronizadas e portadoras de significado. Isso quer dizer que a natureza das estruturas possíveis que compõem a gramática de uma língua está em sua motivação cognitiva (BOLINGER, 1977; GIVÓN, 1979).

Nessa perspectiva, as regras gramaticais existem, mas não têm natureza exclusivamente sintática (TOMASELLO, 2003; GIVÓN, 1979; BOLINGER, 1977; VAN VALLI, 1990; HOPPER, 1987). Elas emergem a partir de operações do sistema, ativadas em combinação com eventos específicos do ambiente cultural e da situação de interação verbal. Ou seja, formar uma frase não implica apenas juntar palavras de maneira lógica, mas estabelecer uma relação de adaptação entre as estruturas linguísticas e o contexto em que elas são usadas. Portanto, nossa capacidade criativa de formar categorias, de agregar essas categorias em diferentes domínios de conhecimento, assim como nossa habilidade de estabelecer relações de semelhança ou analogia entre esses domínios estão orientadas pelo funcionamento natural de nossa mente e pelo ambiente cultural em que estamos inseridos.

A ordenação do sujeito em construções do português, por exemplo, pode exemplificar a ideia de que a gramática é um grupo de princípios de adaptação contextual. Em Português, têm-se as sentenças *sujeito-verbo* ou *verbo-sujeito*, quer dizer, pode-se colocar o sujeito antes do verbo ou depois. Ao formular frases, o indivíduo tem, inevitavelmente, de decidir, considerando o contexto discursivo, em que parte da frase o sujeito deve aparecer. Essa decisão acaba não sendo arbitrária, uma vez que há motivação para a colocação do sujeito. Dados de uso, inclusive de pesquisas com textos orais e escritos, como as pesquisas de Pontes (1987) e Votre e Naro (1991), fornecem fortes evidências de que não há tanta arbitrariedade nesse fenômeno, sendo o contexto de uso o fator motivador da escolha da colocação do sujeito no português brasileiro. Por exemplo, se o sujeito expressar um referente já mencionado, isto é, uma informação já compartilhada pelos interlocutores, tende fortemente a aparecer antes do verbo. Caso o sujeito indique um referente novo, ou seja, uma informação ainda não mencionada ou não compartilhada pelos interlocutores, a tendência é de que isto ocorra depois do verbo. Portanto, temos uma construção sintática para a manutenção de um sujeito já mencionado e outra para a indicação de um sujeito novo.

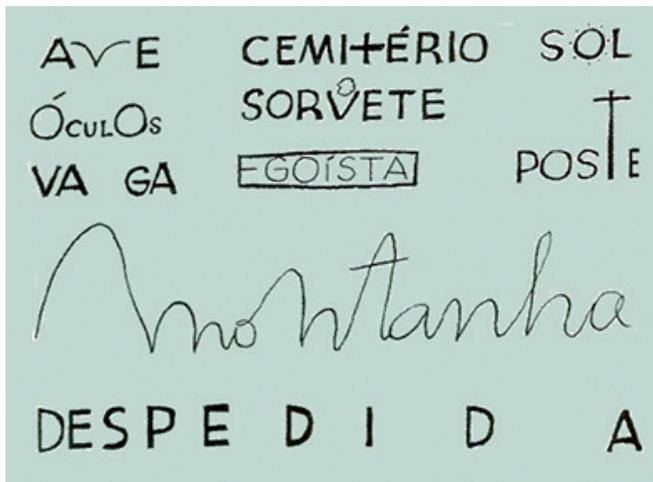
Como afirma Martelotta (2011, p. 62), esse exemplo ilustra o fato de que “cada evento de uso tem um aspecto individual e único, sugerindo que não se pode decidir sobre como utilizar as estruturas que o sistema fornece sem adaptá-las a esse contexto singular”. Dessa maneira, as regras gramaticais não são absolutas, mas contextualmente dependentes, porque refletem a atuação de um organismo biológico em um ambiente cultural.

Sendo assim, os eventos de uso são as formas culturais e contextuais de uso da língua, nas quais os falantes adaptam as regras do sistema, podendo, ao longo do tempo, fazê-lo variar, modificar-se e reconfigurar padrões linguísticos. Os eventos de uso da língua são, portanto, esquemas cognitivos relativamente estáveis que organizam as situações comunicativas do dia-a-dia. É neles que os falantes/escreventes concentram suas habilidades linguístico-cognitivas; nesse sentido, serve-nos para perceber, de maneira subjacente, a capacidade que os indivíduos têm de dominar mecanismos de natureza sintática, pragmática e discursiva do sistema de uma língua.

O caráter adaptativo-funcional e motivado dos fenômenos linguísticos remete a um princípio basilar do funcionalismo linguístico, o princípio da iconicidade nas gramáticas naturais. Passamos a melhor apresentá-lo na seção a seguir.

ICONICIDADE E COGNIÇÃO: DO LÉXICO À SINTAXE

Observemos, abaixo, o texto “Novo vocabulário I”, de autoria do escritor Millôr Fernandes:



Fonte: <<http://www2.uol.com.br/millor/aberto/classicos/084.htm>>. Acesso em: fev. 2016.

Como podemos perceber, o autor brinca com a escrita das palavras a fim de que ela, de algum modo, espelhe a forma da coisa nomeada. Ao fazer isso, Millôr Fernandes constrói um texto que remete a umas das discussões mais antigas dentro da história dos estudos linguístico-filosóficos: *a presença ou não de motivação para a forma dos signos da língua*. Os estudiosos da linguagem humana sempre se questionaram sobre a possibilidade de a criação do signo linguístico carregar ou não na sua origem semelhanças físicas com aquilo que ele nomeia. Tomando como exemplos as palavras do texto em questão, haveria, então, algum aspecto formal em “ave”, “cemitério”, “sol”, “óculos”, “soverte” ... que as justificasse para designarem o que designam? Bem, pensando na escrita de Millôr Fernandes, a motivação é facilmente perceptível e a resposta é obviamente ‘sim’, mas, para além do texto do autor, a discussão apresenta-se mais complexa. Recuperemos, aqui, brevemente, alguns momentos importantes sobre o tema na história dos estudos linguístico-filosóficos.

O percurso histórico da humanidade sempre foi acompanhado pela curiosidade de se saber qual a relação entre língua e mundo, entre palavras e seus referentes, entre código linguístico e seu *disignatum*. Foi ainda na Antiguidade clássica que os filósofos Crátilo, Hemórgenes, Parmênides e Sócrates construíram reflexões acerca da relação entre o *nome*, a *ideia* e a *coisa*. A grande questão levantada pelos filósofos era se poderia haver algum tipo de motivação que justificasse a ligação entre a forma do signo linguístico e sua referência no mundo externo. A resposta a essa pergunta levou a uma discussão polêmica e antiga nos estudos da linguagem. A relação sobre a motivação e a arbitrariedade do signo linguístico dividiu os filósofos em *convencionalistas* e *naturalistas*. Os primeiros defendiam que tudo na língua era resultado do costume e da tradição, enquanto

que os naturalistas acreditavam que as palavras eram, de fato, apropriadas por natureza às coisas que elas significavam.

No início do século XX, ao construir as bases da ciência Linguística contemporânea, Saussure retoma conceitos da tradição clássica e apresenta a versão mais moderna do princípio da arbitrariedade do signo linguístico. O autor reinterpreta a dimensão da arbitrariedade da língua, descolando-a para o interior do sistema. Na visão saussuriana, o signo linguístico é o resultado da associação arbitrária entre significante e significado. Para ele, a arbitrariedade é baseada no princípio da convenção da palavra à coisa que ela designa. Neves (1997) postula que essa é uma visão que se apoia exatamente na concepção de que o valor do signo não depende absolutamente do mundo exterior, mas, pelo contrário, se estabelece exclusivamente no interior do sistema. Se, por um lado, Saussure nos leva a crer na arbitrariedade das línguas naturais, por outro, vários teóricos, sobretudo Bolinger (1977), Croft (1990) e Givón (1984), opositores da visão de língua como um sistema autônomo, evidenciam motivações associadas aos níveis *pragmáticos*, *sintáticos* e *semânticos* para os fatos da língua.

Para esses autores, as situações reais de comunicação fornecem-nos condições constantes para adaptarmos as estruturas linguísticas para elas se tornarem mais expressivas nos contextos em que as empregamos. Isso ocorre porque as formas muito frequentes na língua acabam perdendo seu grau de expressividade em decorrência das inovações e alterações na língua que acontecem naturalmente. Se, por um lado, o homem e sua relação com o ambiente social que o cerca mudam, por outro lado, a língua evolui em decorrência dessa mudança, uma vez que os novos meios e expressões surgem para que os falantes interajam nessas novas relações sociais. Pensando assim, parece ser inevitável aceitar essa relação entre mudança na língua e a evolução das formas de interação social.

Entretanto, essa dinâmica das línguas não se dá aleatoriamente. A criatividade que caracteriza o ato comunicativo não é movida por meros artifícios arbitrários de que os falantes lançam mão porque acidentalmente lhes vieram à cabeça. Ao contrário, parece que esse processo adaptativo é veiculado por determinados mecanismos básicos que refletem a natureza de nossa inteligência e o modo como ela regula nossa vida social. Isso sugere que há muito mais motivação nas línguas do que se poderia inicialmente imaginar.

O ponto de partida para aceitar a visão icônica sobre os fenômenos da linguagem é acreditar, ao contrário de Saussure, que a língua não é um mapeamento arbitrário de ideias para os enunciados, mas um sistema de representação pelo qual os seres representam eventos do mundo real ou de outros mundos possíveis, como o da ficção, por exemplo. Para Givón (1984), existem princípios motivadores que governam o sistema das línguas naturais, logo, “a estrutura da língua

reflete, de algum modo, a estrutura da percepção humana sobre a estrutura do mundo” (CROFT, 1990, p. 164).

Para exemplificar que forças externas refletem no sistema e argumentar que na linguagem humana não há um universo pronto, esperando para ser nomeado, mas, sim, para ser construído e criado pela e para a comunicação linguística, é possível tomar como exemplo o processo de conceptualização feito pelos falantes em relação ao termo *casa de botão*. A motivação, ao nomear a abertura em que entram os botões da camisa, da calça, ou de outro tipo de vestimenta, é, principalmente, de ordem semântica e cognitiva.

A acepção que se faz sobre este item lexical está relacionada a processos analógicos que são feitos com a utilização do termo *casa*, originalmente associado ao ambiente físico de moradia, para designar um espaço vazio destinado a um botão da roupa. Há, neste exemplo, uma analogia que reflete a relação de semelhança entre moradia e espaço. Esse tipo de motivação constitui processos de transferências de domínios, espaços mentais, os quais refletem não só relações associativas feitas pelos usuários, mas também a utilização de aspectos cognitivos atualizados no uso e tendo, portanto, caráter sociocultural. Quando se diz, por exemplo, que “João é o cabeça do grupo”, a palavra “cabeça” está sendo utilizada com valor correspondente ao de “líder” ou “chefe”, analogia que se sustenta pelo fato de ser a cabeça que comanda as outras partes do corpo. Esse processo de transferência também pode ser visto em *casa da Moeda*, *casa de câmbio*, *casa noturna*, *pé-de-mesa*, *cabeça de prego*, *pé-de-pato*, entre outros. Para a criação desses termos, o falante vale-se de outros pré-existentes, ligados a determinadas noções, estabelecendo uma ligação com conhecimentos anteriores.

Ainda no nível lexical, é possível tomar como motivados os processos morfológicos de *derivação* e *composição* por *justaposição* e *aglutinação* na formação das palavras em português, como nos respectivos casos de: *chuveiro*, *guarda-roupa* e *gelágu*. No primeiro caso, tem-se o morfema *chuv-*, que certamente está associado à ideia de *chuva*, de *fazer chover* e o sufixo derivativo de substantivo, *-eiro*. Para nós, é fácil e motivado entender que *chuveiro* é um aparelho que “espalha uniformemente água sobre o corpo, associando-o à ideia de chuva”. Nesse caso, vemos, portanto, em ação o metaprincípio da iconicidade, proposto por Givón (1995, p. 38), segundo o qual “uma experiência codificada é mais fácil de ser armazenada, recuperada e comunicada, se o código o for maximamente isomórfico a essa experiência”. Esse mesmo princípio pode ser aplicado às palavras que são formadas pelo processo de *composição por justaposição e aglutinação*. Em *guarda-roupa*, formada por um verbo de atividade e um substantivo. Esse processo, o qual se mostra bastante produtivo em português, utiliza elementos já existentes para se criar uma nova palavra. O mesmo ocorre com *gelágu*, posto que os radicais *gel* e *água* também não foram escolhidos arbitrariamente. É

inegável que houve uma motivação para tal escolha. Afinal de contas, a criação da palavra é fruto da necessidade de nomear-se um aparelho criado especificamente para gelar a água.

Guiraud (1972) definiu esse tipo de motivação como interna ao sistema, ao dar consequência ao pensamento de Saussure quando admitiu haver uma certa relatividade do signo, ao estabelecer a dicotomia entre arbitrário absoluto e arbitrário relativo. Em seu estudo, o autor admite a existência de dois tipos de motivação no processo de construção das palavras na língua: a interna e a externa. A primeira se estabelece no nível morfológico, enquanto que a segunda no nível semântico.

Os exemplos anteriores atestam o princípio da motivação na língua. No entanto, esses mesmos exemplos também podem ser apontados como contra-argumentos se se compreende que as palavras primitivas que participaram da *derivação* e da *composição* são, em suas origens, arbitrárias. Pode-se admitir, então, uma certa relativização dos princípios icônicos e arbitrários da língua, o que já era, de forma subjacente, previsto por Saussure (ATAÍDE, 2013). Esses princípios não são exclusivos, ou seja, não constituem antônimos, mas, antes são visões diferentes de um mesmo fenômeno. A relativização entre forma e função na língua não nega a existência de relações arbitrárias nem motivadas, mas admite que, na língua, em maior ou menor grau de radicalização, “a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação linguística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual” (NEVES, 1997, p. 104).

Apesar de as línguas serem sistemas de representação convencionais e contem certas “palavras arbitrárias e opacas, sem qualquer conexão entre o som e o sentido” (ULLMANN, 1968, p. 165), há outras palavras que, em maior ou menor grau, são iconicamente motivadas por aquilo que também se pode chamar de iconicidade diagramática². A terminologia designa por ser “um arranjo sistemático de signos, dos quais nenhum necessariamente se assemelha ao seu referente, mas cujas relações entre cada um deles espelha a relação dos seus referentes” (HAIMAN, 1985, p. 515).

A visão icônica da língua é um pressuposto para se estudar o léxico de uma língua. Mas, o princípio da iconicidade não se restringe apenas ao léxico. Na sintaxe também é possível a atuação desse princípio. Se, no nível lexical, há várias evidências de motivação entre forma e significado, no nível da sintaxe, as evidências são ainda maiores. Enquanto as discussões anteriores tinham como foco a relação entre a forma sonora das palavras e o seu significado, a partir do estudo

² No original: “An iconic DIAGRAM is a systematic arrangement of signs; none of which necessarily resembles its referent, but whose relationships to each other mirror the relationships of their referents. In: J. Haiman. *Iconicity in Syntax* (1985, p. 515).

semiótico do signo, postulado por Peirce (1981), em que o autor discute a conexão entre forma e função refletida na estrutura da língua, a sintaxe das línguas naturais passa a ser também observada a partir do princípio icônico, diferentemente do pensamento formalista, que admite a autonomia do sistema (UNGERER e SCHMID, 1996, p. 250). Ainda segundo Ungerer e Schmid (1996, p. 250-251), um dos principais méritos do trabalho de Peirce reside no fato de que, em sua semiótica, ele “não restringe o uso de ‘ícone’ a expressões simbólicas de som (as quais chama de imagens). Ao contrário, ele adota uma visão bem mais larga e a estende a similaridades entre a estrutura da língua e a estrutura do mundo.” Nesse sentido, a gramática passa a ser concebida como um *fenômeno sociocultural*, uma vez que emerge do discurso e sua estrutura sintática é motivada, continuamente, pelos usos criativos da linguagem (MARTELOTTA, 2011).

A iconicidade no nível sintático, ou seja, a motivação que abarca os conjuntos de elementos que constituem unidades significativas dentro dos enunciados e que mantêm entre si relações de dependência e de ordem, pode ser exemplificada pelo esquema na ordenação temporal dos fatos correlacionada com a ordem das palavras em um período e/ou texto. O exemplo (1) trazido por Ataíde (2013, p. 46) ilustra a iconicidade da ordenação das ações:

(1): “Acordo às seis da manhã, t. banho, faço a refeição e vejo o sol às sete horas.”
(Naâmi Gallucci, In: Meus longos dias, 1998, p. 36).

Em (1), a personagem, em sua narrativa, obedece ao princípio temporal dos fatos: primeiro acorda às seis da manhã, em seguida toma banho, depois faz a refeições e vê o sol às sete da manhã. A ordenação sintática do enunciado não é estruturada de maneira aleatória, ela obedece à linearidade temporal dos acontecimentos. A melhor maneira de codificar isso, isomorficamente, é fazer ‘acordo às seis da manhã’ aparecer sintaticamente antes de ‘vejo o sol às sete horas’. Assim, “orações devem preferencialmente ser ordenadas segundo as relações conceptivas ou temporais, decorrentes dos fatos ou estados de coisa que designam” (DIK, 1997, p. 134). A organização sintática em (1) é, aparentemente, mais aceitável do que a do exemplo a seguir:

(2): *Subi a porta e fecheia escada. Tirei minhas orações e recitei meus sapatos desliguei a cama e deitei-me na luz. Tudo porque ele me deu um beijo de boa noite.*
(Autor desconhecido)

Em (2), apesar de aparentemente o texto se apresentar como incoerente, a ordenação dos períodos coordenados reflete a sequência das ações para dormir. Todos os períodos requerem acesso ao *frame*³ (preparação para dormir) para se-

³ “O termo *frame* designa um sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência” (FERRARI, 2011, p. 50).

rem interpretados, embora a maneira como os verbos subir e fechar, tirar e recitar, desligar e deitar se relacionem com seus participantes (porta, escada, oração, sapatos, cama e luz) nos faça interpretar as orações como agramaticais. Cada verbo designa uma **configuração**⁴ particular do evento ‘se preparar para dormir’ e, neste caso, designa como eles podem ser combinados com outras palavras para produzir sentenças gramaticais na língua. Assim, é mais gramatical a seguinte combinação: o sujeito sobe a escada e fecha a porta. Depois, tira os sapatos e recita as orações para, em seguida, desligar a luz e deitar na cama. De acordo com Ataíde (2013, p. 47), “não é apenas o acesso ao *frame* e a configuração do verbo e seus participantes que desfazem a incoerência do texto, o último período de valor explicativo nos permite também acessar outro domínio cognitivo, o *amoroso*.” O aparecimento do item conjuntivo *porque* justifica e nos fornece pistas contextuais para entender a aparente desordenação dos constituintes na oração. Nesses exemplos, está a ideia de que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência humana. Portanto, isso nos leva a admitir que a língua é sensível aos contextos de domínios culturais, sociais e cognitivos que penetram em todos os níveis da linguagem, uma vez que essa é sempre endereçada a um interlocutor e sempre projetada para facilitar o processo de comunicação, conforme entende Schriffrin (1987, *apud* NEVES, 1997).

Vários são os exemplos da gramática do português brasileiro em que o princípio da iconicidade permite uma investigação das condições que governam o uso de seus recursos de codificação morfossintática. Seguem para exame orações com sujeito que contêm expressões quantificadoras:

(3) *A grande maioria* dos professores de biologia estadunidense não **defende** a teoria da evolução humana.

(4) Hoje em dia, *a maior parte* dos índios vive em *reservas* indígenas, que são áreas demarcadas e protegidas pelo governo.

Nas orações (3) e (4), a concordância, em geral, ocorre entre o verbo e as expressões “a grande maioria” e “a maior parte”. Há, portanto, o que se chama de concordância canônica. Contudo, esse tipo de concordância exige um esforço cognitivamente maior caracterizado pelo domínio explícito das convenções gramaticais. Embora os núcleos (grande maioria e maior parte) com os quais os verbos mantêm relações morfossintáticas sejam substantivos, eles não fazem referência a seres do mundo real ou fictício ou do mundo psicológico e, por isso, não

⁴ De acordo com Filmore (1982) *apud* Ferrari (2011), uma das consequências de um *frame* é a valência, que diz respeito aos modos pelos quais os verbos podem ser combinados com outras palavras. A valência de um verbo se relaciona ao número de participantes que o verbo requer.

são sujeitos prototípicos, com traços de serem mais agentivos. Quem carrega essa referência são seus modificadores, professores e índios, tornando mais lógica e motivada a combinação verbo e sujeito. Esse raciocínio é plenamente aceito pela norma culta da língua e faz com que não só os falantes, mas, sobretudo, a gramática permitam construções como (5) e (6):

(5) A maioria dos *professores* não **entraram** em consenso sobre a teoria da evolução humana.

(6) A grande maioria dos *professores de biologia estadunidense* não **defendem** a teoria da evolução humana.

No momento de estabelecer a concordância em (5) e (6), procura-se fazer, intuitivamente, com aquilo que se considera ser núcleos mais prototípicos. Se o núcleo principal (a maioria e grande parte) não tem essa característica, dirige-se, então, para o substantivo que modifica tal núcleo (professores e professores de biologia). Tal concordância obedece ao princípio de que as estruturas sintáticas não devem ser muito diferentes na forma e na organização das estruturas semântico-cognitivas, já que princípios cognitivamente motivados interagem com princípios mais cognitivamente arbitrários, que respondem pelas regras convencionais (MARTELOTA, 2004).

As evidências mostradas acerca da existência de iconicidade nas línguas, tanto no nível do léxico como no sintático, apontam para o reconhecimento da competição entre motivações internas e externas, que, segundo Du Bois (1985), demonstra que a língua é um sistema adaptável.

Por meio do princípio da iconicidade, a sistematicidade inerente às línguas passa a ser vista como subordinada ao discurso. Vista por esse ângulo, a gramática é um sistema que se renova através do discurso para dar conta de novas necessidades comunicativas que surgem em decorrência das relações sociais. É importante salientar que, visto como o espaço de emersão da sistematicidade inerente a qualquer língua, o discurso não aqui é definido com base em aspectos sociohistóricos, culturais ou ideológicos associados à produção de sentido de um texto. Ele é concebido como situações reais de uso da língua, para as quais convergem fatores semântico-pragmáticos e cognitivos determinantes de muitas das características da codificação sintática dos enunciados e, por consequência, da gramática da língua. Conforme ressalta Votret al. (1998, p. 46), o discurso é entendido “como um conjunto de estratégias que caracteriza o processamento da cadeia verbal em uma determinada situação de comunicação.”

Sendo a forma modelada em atendimento a necessidades comunicativas, a sintaxe, enquanto nível estrutural, desenvolve-se, diacronicamente, por meio de conversões de estruturas discursivas e pragmáticas em estruturas sintáticas gra-

maticalizadas (GIVÓN, 1979). Desse modo, pode-se, então, dizer que a estrutura da língua deriva de processos de gramaticalização de estruturas emergentes das mais diversas ações comunicativas. Tais estruturas que se apresentam irregulares podem, com o passar do tempo, tornar-se mais regulares e sistemáticas, migrando para a gramática da língua. Desse modo, a gramática não é uma obra do acaso, mas resultado de processos discursivos, estando, assim, subordinada aos usos que da língua são feitos. Em consequência disso, em nível sintático, assim como no lexical, a gramática é vista como um sistema permeado por motivações icônicas, mesmo que, em muitos casos, apresente opacidade entre forma e função quanto à identificação de tais motivações.

Valin e LaPolla (1997, p. 11) chamam esse ponto de vista de perspectiva da comunicação-e-cognição. Para os autores, “a língua é um sistema abstrato, mas firmemente assentado na comunicação e na cognição humanas”. É sob essa perspectiva que se dá a ampliação do foco do estudo para além dos limites da organização estrutural da língua. Assim, as regularidades do sistema passam a ser investigadas, não mais encerradas em si mesmas, mas, sobretudo, em relação à cognição e às funções discursivas que desempenham na comunicação humana.

O princípio da iconicidade, por ser um princípio geral, visto como um conjunto de fatores de pressão que atuam sobre a língua e ajudam a dar forma às expressões linguísticas e a sistematizá-las, manifesta-se, segundo Givón (1990), em três subprincípios de motivações, que estão relacionados à *quantidade de informação*, ao *grau de integração dos constituintes* e à *ordenação linear*.

O primeiro princípio icônico da *quantidade* prevê que quanto “maior” a informação, maior é a estrutura utilizada para expressá-la, enquanto que aquilo que é esperado se expressa através de mecanismos menos complexos e se manifesta por pouca quantidade de material linguístico, visto que a complexidade de pensamento tende a refletir-se na complexidade de expressão (SLOBIN, 1980).

O trecho (7), a seguir, retirado de Marques (2008, p. 26), exemplifica esse subprincípio, uma vez que o referente sujeito, cuja primeira menção apresenta uma estrutura com maior material de codificação pelo sintagma nominal (SN), o *Senhor Deus*, é retomado por pronome (*elle*) e, em seguida, pelo apagamento na anáfora zero (\emptyset).

(7) “Porque o *Senhor Deus* formou o home da terra, s do limo della, que he mais uil que todo los elemetos, e *elle* fez as planetas e as strellas do elemeto do fogo e (\emptyset) fez os uetos do aar e (\emptyset) fez os pexes e as aues da agua e (\emptyset) fez os homees e as bestas da terra.” (*Orto do Esposo* – cap. II – p. 94)

Ainda de acordo com esse princípio, a quantidade, a imprevisibilidade, ou seja, o grau de novidade e a importância da informação na cadeia textual são proporcionais ao material de codificação, sendo a estrutura de uma construção o

indicador da estrutura do conceito que ela expressa. Associado à proporção informacional, o princípio da quantidade também pode está relacionado aos conceitos de tempo de processamento, de complexidade cognitiva e de esforço mental (GIVÓN, 1979). Sobre essa correlação, Ataíde (2016) revela que a inversão das cláusulas VS no português brasileiro ainda é acionada pela hipótese da continuidade textual e pelo grau de novidade do SN do sujeito. Assim, não se pode associar exclusivamente a ordem VS à função de introduzir uma informação nova, função amplamente divulgada na literatura de linguística. O autor conclui em sua pesquisa, baseado em Berlink (1997), que quanto mais distante estiver o referente (SN) de sua menção anterior no texto, maior a possibilidade desse ser representado por um sintagma pleno. Se o referente analisado estiver mais próximo, haverá uma forte tendência de ser representado por um pronome ou por elipse como exemplifica o excerto (7).

Em (8), observa-se considerável a quantidade de material linguístico para caracterizar os referentes *milícia Taliban* e *sharia*. A imprevisibilidade das informações traz para o texto um alto grau de novidade, e, por isso, há necessidade de se usarem construções apositivas para expressar o conteúdo informacional dos referentes.

(8) (...) Desde que tomou a capital, Cabul, menos de dois anos atrás, a **milícia Taliban** – *uma força guerrilheira nascida nos seminários islâmicos e que controla dois terços do país* – transformou em lei uma versão severa, tacaña e radical da **shaira**, *o conjunto de leis e regras de comportamento prescritos para os muçulmanos*. Impôs um rígido código de vestuário, proibiu raspar a barba, música, cinema, televisão, antenas parabólicas, jogos de cartas, criar pássaros e soltar pipa. (Veja, 5 de agosto de 1998).

O segundo subprincípio, *a iconicidade de proximidade icônica*, prevê o grau de integração entre os elementos constituintes da forma e do conteúdo. Quanto mais próximo dois conteúdos estiverem, mais integradas, do ponto de vista cognitivo, estarão as formas que os representam, o que está mentalmente mais junto é colocado sintaticamente mais junto. Ou seja, o subprincípio de adjacência pode ser exemplificado em (9):

(9) (...) *as expressões selecionadas* que ocupam a posição de sujeito não têm nenhuma significação para os enunciados em estudo e não *revela* nenhuma manifestação pragmática. (Dissertação de mestrado)

Observa-se na organização espacial que o sujeito (as expressões selecionadas) e o verbo (*revela*) encontram-se distanciados. A interrupção da sequência por uma oração adjetiva entre o sujeito e o verbo dificulta e enfraquece a integração dos termos e, provavelmente, por isso, a codificação do morfema de plural não se estabelece no verbo. O distanciamento do sujeito com o verbo pressiona para a não concordância canônica.

O subprincípio da proximidade refere-se, entre outras coisas, a uma tendência geral de manter os modificadores restritivos perto do seu núcleo nominal. Martelotta (2004) postula que os advérbios qualitativos, os quais Castilho (1988-1999) caracteriza como quase-argumentais, são mais integrados e tendem a aparecer próximos aos verbos ou adjetivos, uma vez que semanticamente são seus modificadores, como, por exemplo⁵, “estou falando tudo depressa” ou “se a gente for parar de fazer as coisas calmamente, não dá”. Os advérbios temporais e de lugar, os quais apenas indicam uma circunstância que envolve a ação, não interferindo, portanto, em seu modo de ocorrência, tendem a ocorrer mais livremente nos enunciados, como em “mas a cadeia de supermercados aqui é do Recife” e “aqui tem brisa marinha”.

Ainda sobre a proximidade icônica, Cordeiro da Silva (2015), ao estudar a construção complexa com complemento sentencial no português popular de Tejuçupapo-PE, atesta que tal subprincípio de iconicidade responde por altos graus de subordinação sintática e, conseqüentemente, elevados níveis de complexidade estrutural e cognitiva no dialeto falado por indivíduos não escolarizados.

(10) por isso que é bom a gente se cuidá ... a gente ... puni o caso direitinho ... né não ... tudo bonitinho ... num sofre ninguém ... o que tivé sofrêno é porque tem que sofrê ... é ou num é ... tá veno ... se o trabalhadôtrabalhô bonito o jui viu *que ele trabalhô bonito* ... apuniu pás coisa cetinha bonitinha fica tudo bonito ...

Em (10), a partir da sua visão de que há uma justiça divina que se sobrepõe à justiça dos homens, o falante defende que as pessoas, sobretudo os juizes, precisam atentar para uma conduta moralmente correta. A forma verbal *viu*, que traz a cláusula-complemento *que ele trabalhô bonito*, codifica, no exemplo dado pelo falante, uma percepção mental, e não sensorial. O juiz não presencia o evento expresso na completiva. O suposto ato de percepção decorre da suposta análise de processo, ou seja, dá-se enquanto uma conclusão alcançada pelo magistrado. O fato de tratar-se de uma percepção mental, e não sensorial, tem implicações na sintaxe da complementação verbal. Ambas as cláusulas da construção complexa são desenvolvidas. Elas carregam sujeitos definidos e não correferenciais, verbos com flexão modo-temporal, e a subordinada é introduzida por complementizador *que*. Daí que a construção apresenta baixíssimo grau de integração sintático-semântica entre as suas partes. Nesse caso, é observada a forte atuação do princípio icônico da proximidade. Na percepção mental, diferentemente do que acontece na sensorial, o ato de percepção e o estado de coisas percebido são muito pouco in-

⁵ Exemplos extraídos do capítulo “Considerações sobre a posição dos advérbios”, publicado por ILARI, Rodolfo et al. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira (1996) (Org.). *Gramática do português falado*: a ordem. v. I. Campinas: Editora da Unicamp.

tegrados, o que resulta numa fraca interconexão da cláusula principal com a sua dependente. Observemos que, embora gramaticalmente aceitável, a redução estrutural da completiva provoca alteração de sentido. Dizer, por exemplo, que ‘o juiz viu *ele trabalhá bonito*’ é possível desde que o estado de coisas da completiva constitua-se como um acontecimento físico ocorrido na presença do juiz, ou seja, precisa haver integração no plano conceptual entre os eventos codificados.

O paralelismo entre estrutura linguística e ordenação dos fatos no mundo real está também associado ao subprincípio *icônico da ordenação* ou *sequencialidade*. Tal princípio, chamado primeiramente pela Psicolinguística, de “ordem de menção”, tem como pressuposto básico a ordem dos elementos da língua e sua relação com os acontecimentos decorrentes da experiência humana (DIK, 1997). Assim, “orações devem preferencialmente ser ordenadas segundo as relações conceptivas ou temporais decorrentes dos fatos ou estados de coisa que designam” (op. cit., p. 134). Na sua manifestação mais elementar, este subprincípio determina a ordem temporal de dois ou vários acontecimentos como em “acordo às seis da manhã, t. banho, faço a refeição e vejo o sol às sete horas” ou na ordenação lógica de antepor uma oração de causa precedendo a oração codificadora do efeito, como em “Jovem morreu em Afogados porque usava drogas⁶”. A inversão das expressões temporais e das orações acarretaria falta de sentido. Contudo, em determinados contextos, a inversão de expressões pode ser utilizada para obter algum efeito comunicativo particular, por exemplo, o de chamar a atenção.

A importância do princípio de organização sequencial verifica-se também no interior da frase, mais precisamente na organização do *sujeito*, *verbo* e *objeto*. Na maioria das línguas românicas, o sujeito vem antes do objeto. Em português, a combinação mais previsível é a ordem SVO. No geral, a precedência do sujeito antes do objeto corresponde à forma como o ser humano codifica a estrutura linguística de um acontecimento. A respeito disso, Delbecque (2006, p. 29) afirma que

Um acontecimento está ligado a acções em que uma pessoa age sobre a outra. O agente aparece como sujeito da frase e a sua acção é prévia a qualquer efeito; por seu lado, o efeito produzido está estreitamente associado ao objeto, como aliás se encontra refletido na expressão *objecto directo*.

Assim como o *subprincípios da quantidade*, a *ordenação linear* também está associada à proporção informacional. Isso quer dizer que o princípio que compreende a informação mais importante ou mais acessível tende a configurar o lugar de destaque, seja no nível oracional, seja no nível da organização textual, de modo que a ordem dos elementos no enunciado tem a ver com a relação entre

⁶ Título de notícia publicado no Diário de Pernambuco, na p. 10, em 5 de novembro de 2012.

a importância ou acessibilidade da informação veiculada pelo elemento linguístico e sua colocação na oração e no texto. Assim, se a informação é nova e tem geralmente maior importância na mente do falante; então, ela deve vir depois, no encadeamento do enunciado.

A partir dos exemplos apresentados, fica evidente que os três subprincípios de motivações, que estão relacionados à *quantidade de informação*, ao *grau de integração dos constituintes* e à *ordenação linear*, preveem a conexão entre a forma e o conteúdo, embora nem sempre seja possível identificar os traços dessa correspondência. Esses subprincípios regulam um conjunto de fatores de natureza cognitivo-pragmática que atuam sobre a língua e ajudam a dar forma às expressões linguísticas e a sistematizá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na discussão apresentada nesse artigo, podemos resumir que os estudos funcionalistas estão interessados em explicar, a partir das condições pragmáticas, as regularidades do sistema linguístico. Por isso, um dos aspectos centrais é a crença de que o contexto de uso motiva as diferentes construções da língua. Portanto, o princípio geral que norteia as análises funcionais da linguagem humana parte do caráter cognitivo-pragmático das interações comunicativas: a *Iconicidade*. A partir dele, acredita-se que existem princípios motivadores que governam o sistema das línguas naturais; logo, “a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da percepção humana sobre a estrutura do mundo” (CROFT, 1990, p. 164).

A linguagem em uso e a cognição estão relacionadas com a natureza adaptativo-funcional da gramática, bem como nela implicadas. Desse modo, as motivações, que estão relacionados à *quantidade de informação*, ao *grau de integração dos constituintes* e à *ordenação linear*, podem explicar a variação, a mudança e a expansão das construções tanto do léxico quanto da sintaxe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATAIDE, Cleber. (2013). *Da esquerda para a direita: descrição e uso das cláusulas VS em textos pernambucanos dos séculos XVIII, XIX E XX*. 195f. Tese de Doutorado. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, 2013.

_____. Nem tudo que reluz é ouro: as construções vs para além do estatuto da informatividade do sn-sujeito. In: ROSA, Camilo; HORA, Dermeval da. *Forma e conteúdo: estudos de sintaxe e semântica do Português (Homenagem à Maria Elizabeth Afonso Christiano)*. João Pessoa: Ideia 2016.

BOLINGER, D. *Meaning and Form*. London; New York: Longman, 1977.

CASTILHO, Ataliba Teixeira (1996) (Org.). *Gramática do português falado: a ordem*. v. I. Campinas: Editora da Unicamp.

CORDEIRO DA SILVA, Emanuel. *Um estudo da construção complexa com cláusula completa no português popular de Tejuçupapo-PE*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Letras PPGL/UFPE, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CROFT, William (1990). *Typology and universals*. Cambridge: Cambridge University Press.

DELBECQUE, Nicole. (2006). *A linguística cognitiva*. Lisboa: Instituto Piaget.

DIK, C. S. (1987). Some principles of functional Grammar. In: R. Dirven & V. Fried (eds.). *Functionalism in Linguistic*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, p. 81-100.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Part 1. The Structure of the Clause. 2 DU BOIS, Jonh W. (1985). Competing motivations. In: J. HAIMAN. (ed.). *Inconicity in syntax*. Amsterdam: Jonh Benjamins, p. 343-365.

FERRARI, Lilian. (2011). *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto.

FERNANDES, Millôr. *Novocabulário I*. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/millor/aberto/classicos/084.htm>>. Acesso em: fev. 2016.

GIVÓN, Talmy. (1979). *On understanding grammar*. Nova York: Academic Press.

_____. (1984). *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins. v. I.

_____. (1990). *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins. v. II.

_____. (1995). *Funcionalism ad grammar*. Amsterdam: John Benjamins.

HOPPER, Paul John. (1987). Emergent Grammar. In: *Proceedings of the Thirteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 139-157.

HAIMAN, J. (ed.). (1985). *Inconicity in syntax*. Amsterdam: Jonh Benjamins.

HEINE, Bernd. *Cognitive foundations of grammar*. New York: Oxford University Press, 1997.

LANGACKER, R. W. (1987). *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Stanford, CA: Stanford University Press.

MARTELOTTA, Mário. (2004). *Ordenação dos advérbios bem e mal no português escrito: uma abordagem histórica*. Relatório final apresentado ao CNPq. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. (2011). *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez.

NARO, A. & VOTRE, S. (1991). *A base discursiva da ordem verbo-sujeito em Português*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ.

NEVES, Maria Helena de Moura. (1997). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

- PEZATTI, Erotilde Goreti. (2004). Funcionalismo linguístico. In: BENTES, Ana; MUS-SALIM, Fernanda. *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto.
- PONTES, Eunice Souza Lima. (1987). *O tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes Editores.
- SLOBIN, D. J. (1980). *Psicolinguística*. São Paulo: Nacional.
- TOMASELLO, Michael. (2003). *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. Cambridge/London: Harvard University Press.
- ULLMANN, Stephen. (1968). *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de de J. A. Osório Mateus. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNGERER, Friedrich SCHMID, Hans Jörg. (1996). *An introduction to cognitive linguistics*. New York: Longman.
- VOTRE, Sebastião; OLIVEIRA, Mariangela R. de; MARTELLOTA, Mário; CUNHA, Maria Angélica Furtado da; RIBEIRO, Antônio J. C.; CEZARIO, Maria Maura da C.; BERNARDO, Sandra P.; WILSON, Victoria. Marcação e iconicidade na gramaticalização de construções complexas. In: Gragoatá, Niterói, RJ, n. 5, p. 41-58, 1998.
- VAN VALIN, Robert. (1990). *Functionalism, anaphora and syntax*. Review article on Susumo: Functional Syntax: Anaphora, Discourse and Empathy. *Studies in Language*, v. 14, n. 1, p. 169-219.
- _____. LAPOLLA Randy J. (1997). *Syntax: structure, meaning and function*. United Kingdom: Cambridge Press.

